

APRESENTAÇÃO

QUEBRANDO LANÇAS, NO PASSADO, PARA ILUMINAR O FUTURO, QUEM SABE!

Este número de *Raízes* apresenta uma série de inovações. Não apenas o *encarte comemorativo dos 25 anos da pós-graduação em Sociologia em Campina Grande*, já anunciado no número anterior, como a nova série, *Em Debate*, que pode ser vista não apenas como um eco das vozes emergidas da militância, mas também como a possibilidade de publicação ampla de textos fomentadores do debate e da crítica.

O pequeno texto de abertura faz o registro da lamentável perda e uma homenagem póstuma ao grande sociólogo rural, *Henri Mendras*. Estudioso das sociedades camponesas, Mendras foi um autor fundamental para a compreensão do significado e do papel dos camponeses nas sociedades modernas, especialmente na segunda metade do século XX. Nazareth Wanderley, autora desta homenagem, destaca, além dos méritos intelectuais e acadêmicos, as qualidades humanas do grande sociólogo francês.

A seção dos *Artigos técnico-científicos* se abre com um trabalho de Bernard Roux, do INRA, França, intitulado “AGRICULTORES E IMIGRANTES NA EUROPA DO SUL: ESTRATEGIAS SEM MARGEM DE MANOBRA”. Neste, o autor passa em revista as relações de trabalho assalariado temporário que vêm se desenvolvendo na região andaluza, no sul da Espanha, desde a entrada deste país na União Européia. Nesta região, encontra-se concentrada uma grande produção de frutas e legumes, da qual mais da metade é exportada para os países da EU. Muitos aspectos chamam a atenção: as unidades de produção são, em sua maioria, familiares, mas capital — e trabalho — intensivas; a força-de-trabalho, por sua vez, é composta por diaristas, emigrados do norte da África (especialmente do Marrocos), da América Latina e, mais recentemente, da Europa do Leste (*A área de procedência sazonal tende a crescer: não é difícil encontrar, por exemplo, búlgaros ou colombianos, colhendo morangos no sul da Espanha*). Se, para os empresários, essa oferta de força de trabalho tem uma importância estratégica, pois permite manter as estufas de Almeria em condições de competitividade, mesmo em relação à produção de outros países de fora da EU, como do Marrocos, por exemplo, por outro, para os trabalhadores imigrantes, mesmo que esse tipo de trabalho tenha sido uma perspectiva temporária, visando uma “entrada” na Europa, ou um retorno econômico capitalizado, esta relação os atira em uma situação de insegurança crescente, sobretudo pelo aumento das levadas de imigrantes, agora vindas de países do leste, sócios novos na Comunidade Européia.

A partir do texto de Roux, *Dalva Mota* traça um paralelo com uma região nordestina, onde predomina o assalariamento: o perímetro irrigado do *Platô de Neópolis, no baixo São Francisco sergipano*. A partir dos dois casos, examina os pontos comuns, que revelam a lógica estrutural do capital nas relações de trabalho que institui. São dois textos que nos convidam

a repensar a importância da categoria *trabalho*, bem como revelam a dimensão ampla das implicações econômicas, sociais e políticas das relações de trabalho assalariado da chamada agricultura capitalizada.

No texto seguinte, Dione Moraes nos traz as *Falas da experiência feminina*, como um esforço de dar visibilidade à *memória, narrativas e trajetórias das mulheres camponesas nos cerrados piauienses*. O trabalho examina os efeitos das mudanças sociais que vêm ocorrendo nas chapadas do Piauí, dirigindo o foco para as mulheres e tomando como referência de análise suas próprias narrativas. Se seu próprio trabalho lhes aparece como experiência de vida que transcorre em momentos e espaços sociais diversos, a participação das mulheres neste processo de mudança tem lhes exigido uma capacidade de reposicionamento, tanto no âmbito do espaço doméstico, como nos outros espaços, tradicionalmente associados à exclusividade da figura masculina.

O trabalho seguinte retoma a discussão sobre o PRONAF, um tema que tem merecido uma atenção sistemática de *Raízes*. Enquanto no número 01, vol. 21, Ilza de Andrade destacava a novidade do conselho do PRONAF, explicando sua atuação diferenciada como resultado de uma parceria do movimento sindical (Contag) com o governo federal, presente na própria origem do programa, no presente trabalho os autores avaliam sua lógica implícita e operacionalização, cujos critérios implicam na exclusão dos agricultores familiares mais pobres, contribuindo antes para aumentar as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

O trabalho seguinte procura chamar a atenção para os *novos atores do desenvolvimento rural*, examinados a partir das transformações no cenário agrário nordestino. Examinam-se principalmente dois tipos de atores: de um lado, os pequenos produtores, organizados em associações comunitárias locais, ou em assentamentos de reforma agrária, não raramente associados a sindicatos ou a ações de ONGs; de outro, organismos originados da ação pública, e das secretarias municipais de agricultura, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Em uma análise ampla, os autores procuram destacar as novas funções e papéis que emergem de sua ação coletiva, funções que até aqui eram assumidas pelos órgãos dos governos estaduais e federal, naturalmente de um modo parcial e precário. No entanto, nem por isso os problemas estão resolvidos. O êxito das novas organizações de produtores tem dependido, em primeiro lugar, de sua própria autonomia, mas essencialmente de sua representatividade e da capacidade de controle e de intervenção dos seus membros. A obtenção dos recursos é importante, mas, geralmente, o modo de funcionamento das associações (confiança, democracia interna, solidariedade, controle social mútuo, relações externas) e a capacidade em gerar ou mobilizar competências, internas ou externas ao grupo, constituem os elementos chaves para o desencadeamento de um processo virtuoso. De todo modo, parece estarmos diante de um novo quadro institucional na base, que poderá trazer novas perspectivas para as políticas públicas do desenvolvimento rural.

No texto que segue, de Marcel Bursztyn, o autor passa em revista a situação política e sócio-econômica do Nordeste, 20 anos depois da publicação de *O Poder dos Donos*. O ponto de partida é a questão inicial e central de sua obra original: *como e por que se reproduz, ao longo das décadas, uma política inoperante para a região?* O autor retoma a crítica às visões otimistas que acreditavam que a urbanização do país e a perda de peso relativo das populações rurais estariam pondo uma pá de cal no velho *coronelismo*. Antes disso, um novo arranjo estava em curso, na forma de um clientelismo assistencialista, apoiado não mais no patrimônio agrário, mas nas funções de mediação dos serviços públicos: carros-pipa, alistamento nas frentes de trabalho, distribuição de alimentos, etc. Examina também o resultado de programas de desenvolvimento regional, alardea-

dos bombasticamente nos anos 70 e 80. “*Passadas três décadas de investimento em irrigação pública, o modelo de modernização do velho sertanejo, que seria transformado em farmer, revelou-se um fiasco*”. Se agora não se fala mais em *chuvas artificiais*, estamos em tempos da transposição de águas do São Francisco e do Tocantins. O novo paradigma, com a distribuição de cestas básicas e vales-gás, bolsas-renda etc, alimenta a nova geração de coronéis — *coronéis urbanos!* Se, no plano da dominação social e política, o novo não passa do velho reciclado, a alternativa pode estar à mão: buscar as velhas boas receitas, colocadas em desuso por aqueles que pretenderam atropelar a história. Portanto, é preciso *reinventar o planejamento*. E, no caso do Nordeste, *reinventar a SUDENE!*

Examinar o *planejamento regional no contexto da descentralização* é a tarefa que se impôs Frédéric Bazin, no trabalho subsequente. Referenciando-se em três casos de planejamento regional no Nordeste, o autor relata inicialmente os pressupostos técnicos e a metodologia empregada. Como se trata de experiências recentes, Bazin preocupa-se em apontar as maiores dificuldades e os resultados obtidos no esforço de articulação entre os diversos atores. Neste aspecto, um dos objetivos apontados é superar as visões setoriais e institucionais, e introduzir uma visão regional e integrada, ou seja, uma visão territorial do desenvolvimento, o que esbarra naturalmente na desarticulação das instâncias de governo: federal, estadual e municipal. Neste contexto, o autor discute a possibilidade de inverter a lógica do planejamento centralizado, estabelecendo efetivamente uma articulação em “mão dupla”, pela qual as instituições nos planos federal e estadual levem em consideração as prioridades definidas no plano local.

O último trabalho desta seção nos traz uma exposição mais ampla da experiência do Projeto *Massaroca*, região de Juazeiro da Bahia, a qual volta a ser visitada, agora na perspectiva da *aprendizagem coletiva* desenvolvida no âmbito da agricultura familiar. Os autores expõem detalhadamente os gargalos em que se encontravam os sistemas tradicionais de produção e a evolução da organização dos produtores ao longo de sucessivas conjunturas nacionais, depois dos anos 70. A oportunidade do trabalho conjunto entre instituições e técnicos com *expertise* diferenciada torna-se uma alavanca para a elaboração de um projeto diferenciado de desenvolvimento rural. Observa-se que a intervenção não priorizou apenas aspectos isolados, mas concedeu importância a questões diversas, presentes no cotidiano das famílias dos produtores. Por exemplo, ações voltadas à instalação dos jovens, a titulação individual ou coletiva das terras, foram questões tratadas e absorvidas no projeto. No entanto, o esforço conjugado, atuando em diversas frentes, não deixou de conhecer revezes, sendo, mesmo assim uma experiência muito rica em termos da compreensão da articulação necessária entre os impulsos internos à transformação e ação institucional externa.

A nova seção *Em Debate*, que inauguramos neste número, tem o mérito de apresentar textos que não apenas não foram pensados imediatamente para o consumo acadêmico como trazem as marcas visíveis da militância. Os trabalhos desta seção não serão avaliados e admitidos a partir dos critérios tradicionais da vida acadêmica, mas pelo fato de exprimir um ponto de vista pessoal e militante consistentemente apresentado.

Cabe reconhecer que os artigos técnico-científicos e ensaios estão normalmente condicionados pela linguagem e objetivos acadêmicos, o que nos força a seguir um plano, não apenas na avaliação como já mesmo na própria elaboração, determinado pela história dos conceitos e pressupostos teóricos utilizados, bem como a nos circunscrever a uma fragmentação do objeto de estudo, determinada antes pelos valores vigentes e pelo ritmo da academia, do que pelas circuns-

tâncias da própria realidade. Já um texto elaborado com finalidades práticas não tem esses limites e essas exigências, mas nem por isso deixa de ser rico em idéias, posicionamentos e análises vigorosas. No trabalho que inaugura esta série, *Horácio Martins de Carvalho* discute os reflexos do que chama de *fundamentalismo neoliberal* do Governo Lula sobre os movimentos sociais ligados à luta pela terra e sobre o processo de reforma agrária.

Finalmente, no Encarte Comemorativo dos 25 Anos de Pós-Graduação em Sociologia em Campina Grande, apresentamos ao leitor análises e depoimentos de uma história que há muito ultrapassou as limitadas fronteiras dentro das quais foi gerada, mas que nem por isso deixou de sofrer as restrições e condicionamentos impostos pela estrutura nacional de avaliação da pós-graduação, a qual, por que não dizer, cartelizada e preconceituosa, continua a ver os eixos Norte e Nordeste como seus *pares da periferia*. Dizer que este é um país continental virou um lugar-comum, mas não teve efeito nas consciências supostamente mais esclarecidas e politizadas do nosso melhor mundo acadêmico.

Cabe-nos ainda lembrar que esta iniciativa do *Encarte Comemorativo* nos levou a criar uma nova seção: *Encartes Temáticos*. A partir do próximo número (Nº. 02, Vol. 22), teremos sempre um *dossier*, compilação de vários trabalhos sobre um tema específico, previamente anunciado. Será uma forma de ampliar nossa política editorial, pois além de continuarmos recebendo os trabalhos em fluxo contínuo, abre a possibilidade de participação com trabalhos produzidos por demanda da própria revista. É mais um espaço para você, leitor e colaborador de *Raízes*, nos enviar trabalhos para serem submetidos à avaliação e eventual publicação. Os próximos temas já definidos são: *Gestão de Recursos Comuns*, para envio até 30 de agosto de 2004; *Assentamentos*, para envio até 15/10/2004; *Família, Geração e Gênero*, para envio até 15/12/2004; e *Desenvolvimento Territorial*, com data limite para envio até 15/02/2005.

Boa leitura a todos!

Edgard Malagodi
Editor

